

DAVID PRIESTLAND

Uma nova história do poder

Comerciante, guerreiro, sábio

Tradução

Isa Mara Lando

Mauro Lando



Copyright © 2012 by David Priestland
Publicado originalmente em inglês da Grã-Bretanha por Penguin Book Ltd.
*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Título original
Merchant, Soldier, Sage: A New History of Power

Capa
Victor Burton

Foto de capa
© iStock

Preparação
Lígia Azevedo

Índice remissivo
Luciano Marchiori

Revisão
Isabel Jorge Cury
Luciana Baraldi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (cip)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Priestland, David
Uma nova história do poder: comerciante, guerreiro, sábio /
David Priestland; tradução Isa Mara Lando, Mauro Lando. —
1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Título original: Merchant, Soldier, Sage: A New History of
Power.

Bibliografia.
ISBN 978-85-359-2464-0

1. Elite (ciências sociais) – História 2. Estrutura social – As-
pectos econômicos – História 3. História econômica 4. Poder
(Ciências sociais) – História 5. Valores sociais - História I. Título.

14-04993

CDD-909

Índice para catálogo sistemático:
1. Civilização: História 909

[2014]
Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORASCHWARCZ S.A.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP
Telefone: (11) 3707-3500
Fax: (11) 3707-3501
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	7
Introdução.....	9
1. Lutas de castas.....	27
2. Punho de ferro em luva de veludo.....	66
3. Arrogância e catástrofe: A primeira era do comerciante	109
4. A era dos gênios.....	152
5. O Homem de Davos.....	204
Epílogo.....	265
Apêndice: Casta e poder — Fundamentos acadêmicos	281
As castas hoje.....	287
Notas.....	289
<i>Sugestões de leitura</i>	323
<i>Créditos das imagens</i>	327
<i>Índice remissivo</i>	329

1. Lutas de castas

Muitos turistas britânicos, fugindo do triste clima do seu país para os céus mais amenos do Mediterrâneo, talvez conheçam um pouco a região em torno da cidade de Cambrai, no norte da França. Seus campos, planos como pradarias, com plantações de milho e trigo, têm pouco para atrair o interesse dos que passam em alta velocidade pelas estradas rumo às paisagens mais dramáticas do sul. No entanto, por volta do ano 1000, esse cenário era digno de atenção, um lugar assustador e perigoso. Pois, tal como muitas terras do enfraquecido Sacro Império Romano-Germânico, Cambrai estava à mercê de bandos de guerreiros que atacavam a cavalo. Na ausência de uma autoridade central, esses bandidos-cavaleiros lutavam contra os vizinhos e saqueavam os campos, protegidos por suas cidadelas fortificadas. Particularmente violento foi Walter de Lens, chefe do castelo de Cambrai, um cavaleiro belicoso e brutal, decidido a impor sua vontade e a de seu senhor, o conde de Flanders.¹

Quem poderia restaurar a ordem nessa região caótica? Dois séculos antes, Carlos Magno e seus sucessores tinham conseguido impor seu controle sobre uma vasta faixa da Europa, construindo uma burocracia rudimentar e firmando sua imagem (com a ajuda da Igreja) como representantes de Deus e, ao mesmo tempo, herdeiros de Roma. Mas desde aquela época o Império havia se fragmentado, e o domínio de seus sucessores, os reis da França, alcançava, no

máximo, uma estreita área em torno de Paris. Em grande parte do norte da França, os cavaleiros lutavam pela primazia. Um pouco como os chefes da Máfia hoje, esses “chefões” lutavam em batalhas com seus rivais disputando territórios, assistidos por suas “famílias”, tanto as de parentesco como uma rede mais ampla de guerreiros. Analfabetos com muito orgulho, esses bandos de cavaleiros viviam segundo valores heroicos, bélicos.²

Mas, enquanto os cavaleiros podiam exercer com ânimo sua vocação guerreira, para as demais pessoas a vida se tornou insuportavelmente penosa. A agricultura e o comércio sofriam, e até os nobres e reis descobriram que os constantes tumultos prejudicavam demais seus interesses. Na ausência de um rei poderoso, porém, quem poderia acabar com essa violência?

Pode parecer estranho para nós, mas naquele momento a única esperança real estava nas mãos da Igreja. O bispo local, Gerard, tal como muitos outros prelados, descendia de uma família aristocrática, e a Igreja explorava os camponeses, assim como faziam os cavaleiros. Mas, ao contrário dos cavaleiros, tinha um interesse especial em promover a paz, pois não possuía Forças Armadas próprias. O poder da Igreja era moral, e não militar, e sua principal arma era a ameaça do fogo do inferno por toda a eternidade por violar o quinto mandamento — “Não matarás”.

Por volta de 1024, Gerard tinha convencido muita gente, inclusive o conde de Flandres, de que o domínio irrestrito dos cavaleiros guerreiros estava destruindo a sociedade. Em um grande encontro na cidade de Douai, onde cada lado culpava o outro pelo caos e pela violência generalizada, Gerard, Walter de Lens e o conde chegaram a um acordo: a “paz de Deus” vigoraria desde quarta-feira à noite até segunda-feira de manhã, e durante esse período os ataques e saques seriam suspensos, e apenas os homens do rei seriam autorizados a empunhar armas. Os que desafiassem esse toque de recolher seriam excomungados pela Igreja, ou confinados a um mosteiro para expiação dos crimes.

Gerard justificou esse tratado apelando para uma nova visão da sociedade; e ao fazer isso enunciou, pela primeira vez, uma ideia que seria fundamental no pensamento europeu posterior.³ “Desde o início”, declarou, “a humanidade foi dividida em três partes [...] homens de oração, agricultores e homens de guerra”, e cada um deles tinha seu próprio dever particular — orar, trabalhar e lutar.⁴ Assim, Gerard aceitou que a guerra poderia ser legítima: os guerreiros eram necessários para defender os homens de oração e os do

trabalho. Contudo, insistia ele, a sociedade só poderia tornar-se rica e justa se os cavaleiros aceitassem um contrato social implícito. Eles deveriam proteger os camponeses, e não saqueá-los; tinham de obedecer ao rei, e não desafiá-lo. O rei, por sua vez, precisava ouvir o conselho dos sábios-sacerdotes. Era uma máquina militar-moral perfeita: os homens da violência, com as mãos banhadas em sangue, só podiam ser purificados pelas orações dos santos, e apenas quando estivessem puros sua vitória seria garantida.

A solução era apenas temporária: muitos anos haveriam de passar até que o poder fosse centralizado de forma eficaz. Mas a história de Gerard e Walter de Lens nos mostra, em um microcosmo, uma transição fundamental na história do mundo: o abrandamento do guerreiro e a ascensão da sociedade agrícola de castas, governada por uma aliança entre o guerreiro, o aristocrata paternalista e o sábio. Foi esse sistema social que veio a dominar grande parte do mundo.

DO CLÃ À CASTA

As primeiras sociedades humanas pouco sabiam sobre castas, tampouco sobre Estados. Os nômades dedicados à caça e à coleta viviam em sociedades de estrutura bastante frouxa, que não exigia uma cooperação de longo prazo e de coordenação estrita, pois para eles a vida era (relativamente) fácil — apenas três a cinco horas por dia de caça e coleta. Mas essa “sociedade afluente original”, na famosa definição do antropólogo Marshall Sahlins, não podia sustentar populações numerosas.⁵ A agricultura (surgida por volta de 10000 a.C.), ao contrário, era capaz de alimentar muito mais gente, embora com uma dieta inferior e a custo de muito trabalho braçal.⁶ As pessoas haviam se tornado menos livres: estavam agora “engaioladas”, amarradas a certo território e obrigadas a cooperar mais estreitamente com seus vizinhos. O investimento em terras, barragens e ferramentas exigia coordenação e liderança de uma forma que os caçadores-coletores, com sua vida mais simples, não possuíam.

Mesmo assim, essas primeiras sociedades agrícolas ainda eram relativamente igualitárias e não especializadas. A aldeia e o grupo de parentesco ampliado — o clã ou a tribo — eram o mais importante princípio organizador, e a política se dava, em grande parte, com base no consentimento do clã.⁷ Para garantir a sobrevivência do grupo, os chefes, ou “homens importantes”, recebiam a autoridade para resolver conflitos e redistribuir alimentos; mas seu poder era

muito limitado e podia ser retirado sem dificuldade. Outros especialistas também surgiram: os xamãs e especialistas espirituais, pessoas que, segundo se pensava, tinham habilidades especiais para realizar rituais sagrados e mágicos e comunicar-se com os deuses. Mas, assim como os chefes ainda não tinham se tornado uma casta separada de aristocratas rurais, tampouco esses sábios iniciais já tinham formado uma casta elaborada de sacerdócio. As castas ali estavam, em estágio embrionário; mas ainda não haviam se libertado do poder do parentesco.

No entanto, por volta de 3200 a.C. surgiu uma nova forma de civilização urbana, e o mundo ficou cada vez mais dividido entre as antigas sociedades baseadas em clãs e uma ordem nova, mais complexa: o Estado agrário, alicerçado nas castas. Ao longo das margens dos rios de grandes cheias, primeiro na Suméria e suas cidades vizinhas, entre os rios Tigre e Eufrates (a Mesopotâmia, ou o atual Iraque) e depois ao longo do Nilo (Egito), do Indus (Paquistão) e do Amarelo (China), uma agricultura mais intensiva passou a sustentar populações maiores e cidades. Nessas sociedades mais especializadas, as pessoas iam se agrupando, cada vez mais, conforme as ocupações, e não o parentesco.⁸ Na Mesopotâmia, a Lista de Profissões incluía uma grande variedade de grupos, desde sacerdotes e funcionários até comerciantes, artesãos e escravos.⁹

Essas cidades eram governadas por alguns dos primeiros “Estados” — ou seja, organizações não baseadas no parentesco, que dependiam mais da coerção do que da aquiescência dos governados. Enquanto as populações cresciam — Uruk, na Mesopotâmia, tinha cerca de 50 mil habitantes por volta de 3000 a.C. —, a autoridade se fazia necessária, não só para resolver conflitos, mas também para organizar a irrigação da terra e construir depósitos de alimentos.¹⁰ Contudo, quando os rios começaram a secar, a concorrência entre as cidades se intensificou, e a guerra se tornou mais comum. Ao mesmo tempo, essas cidades foram cada vez mais desafiadas pelas culturas dos povos guerreiros vindos de terras não agrícolas, sem população fixa: com suas habilidades como caçadores e pastores, eram mais eficazes militarmente do que seus vizinhos agricultores.¹¹

Por volta de 2300 a.C., porém, encontramos nômades guerreiros e culturas urbanas agrárias se combinando, pela primeira vez, para formar um novo tipo de Estado — o império agrário, fundado sobre a cobrança de tributos.¹² O primeiro Estado conhecido desse tipo foi fundado por Sargão de Akkad, um chefe vindo das fronteiras entre regiões agrícolas assentadas e regiões pastoris, que conquistou as cidades mesopotâmicas.¹³ O império agrário, governado

por elites de guerreiros e proprietários de terras, dominaria grande parte do mundo por cerca de 4 mil anos, até a espetacular implosão de cinco de seus últimos e maiores exemplares, no início do século xx — a China da dinastia Qing em 1912, a Rússia dos Romanov em 1917, o Império Austro-Húngaro dos Habsburgo e a Alemanha dos Hohenzollern em 1918, e o Império Otomano em 1923 (embora seus resíduos nos impérios europeus ultramarinos continuassem vivos, cambaleando, até os anos 1950 e 1960).

Os impérios agrários eram normalmente administrados por aristocratas, que encarnavam os valores tanto dos guerreiros como dos proprietários rurais, em estreita aliança com os sacerdotes, os quais justificavam o domínio deles, e usando funcionários para administrá-los. Juntas, essas elites viviam do trabalho da massa da população — o campesinato —, que lhes pagava tributos sob a forma de impostos. Além disso, também cobravam tributos dos povos vizinhos mais fracos. Esse tipo de Estado era muito mais hierárquico do que as sociedades anteriores, baseadas em clãs: os camponeses, em geral autossuficientes, eram coagidos a entregar sua produção à guisa de imposto, recebendo bem pouco em troca. Contudo, a relação não era inteiramente parasitária. Os camponeses precisavam estar seguros em suas terras e ter a garantia de um nível mínimo de paz para poder produzir um excedente tributável. Os governantes os protegiam e, com os sacerdotes, organizavam a distribuição dos cereais em tempos de fome. Enquanto isso, os sacerdotes, com suas orações e rituais, apaziguavam os deuses, para evitar as ameaças onipresentes de desagrado divino, sob a forma de doenças e desastres naturais. E, embora essas sociedades fossem culturalmente muito hierárquicas, do ponto de vista econômico eram mais igualitárias que as sociedades capitalistas modernas, onde a maioria das pessoas não possui terra nem outros recursos produtivos necessários para lhes garantir alguma autonomia.

Os sábios justificavam essa hierarquia desenvolvendo várias versões e elaborações da ideia de casta¹⁴ — a noção de que a sociedade era dividida em ocupações fixas, herdadas. Uma das esquematizações mais antigas que ainda sobrevivem se encontra no *Rig Veda*, texto religioso indiano escrito entre 1700 a.C. e 1500 a.C.:

Quando os deuses prepararam o sacrifício com Purusha [o primeiro homem] como sua oferenda [...].

Quando eles dividiram Purusha, quantas porções fizeram?

Que nome deram à sua boca, aos seus braços? Que nome deram às suas coxas e aos seus pés?

O sacerdote [brâmane] era sua boca; com seus dois braços foi feito o guerreiro [xátria].

Suas coxas se tornaram as pessoas comuns [vaixá], e dos seus pés foram feitos os servos [sudras].¹⁵

Teorias semelhantes, baseadas em três ou quatro camadas, podem ser encontradas na maioria das sociedades agrárias. Os sábios, ou sacerdotes, ficavam quase sempre no topo — sobretudo porque eram eles que escreviam os textos; normalmente eram os guerreiros e seus chefes, os reis, que exerciam o verdadeiro poder.¹⁶ Vemos assim que, no mundo medieval islâmico, as pessoas equivalentes a Gerard de Cambrai colocavam os “homens da pena” acima dos “homens da espada” (seguidos pelos “homens do comércio” e pelos agricultores). Também os estudiosos confucionistas davam proeminência a si mesmos.¹⁷ Raras vezes eram os guerreiros aceitos como superiores: apenas em sociedades mais militaristas, como o Japão.

Contudo, a aparente estabilidade apresentada por esses sistemas de castas encobria as tensões entre os detentores dos diferentes tipos de poder. Especialmente graves eram os conflitos entre as castas que compunham os braços de Purusha — os guerreiros e os proprietários rurais. Esperava-se das elites agrárias dos impérios que combinasse ambas as funções; pois a terra dava riqueza, mas a força também era um elemento crucial do governo — para coletar “tributos”, tanto dos camponeses como de terras estrangeiras. No entanto, havia também uma tensão entre a cultura da aristocracia latifundiária e a dos guerreiros: os proprietários rurais precisavam “cuidar” de seus súditos camponeses para poder extraer impostos deles, enquanto os guerreiros, embora essenciais para a defesa e extração de tributos de outros povos, muitas vezes desenvolviam uma cultura de violência, rixas internas e parasitismo capaz de destruir uma economia agrícola produtiva.

DOMANDO O GUERREIRO

Os primeiros impérios agrários marcaram o início de um processo gradual para refrear o poder do guerreiro. Mas eles continuaram predominando,

sem peias, para além das fronteiras imperiais, nas terras vizinhas ainda ocupadas por populações pastoris. Particularmente ameaçadores eram os nômades das estepes da Ásia Central nos dois milênios entre 700 a.C. e 1350 d.C., que aperfeiçoaram uma poderosa tecnologia militar — uma cavalaria de grande mobilidade —, a qual lhes dava vantagem sobre os povos agrícolas sedentários residentes ao sul e a leste.¹⁸ Um desses grupos foram os citas, que invadiram a Anatólia (atual Turquia). Seus sucessores incluíram hunos, vândalos e godos, que destruíram o Império Romano; os turcomanos, que conquistaram o Oriente Médio; e os mongóis, que em certa época dominavam Rússia, China e Índia.

Esses povos nômades das estepes viviam de acordo com um código estreitamente bélico — a vida do bando de guerreiros armados, ou *comitatus*.¹⁹ O cotidiano envolvia muita guerra e violência, e os valores da coragem e da fraternidade eram supremos. Um núcleo central de lutadores se aglutinava em torno de um líder, e eles juravam lutar e morrer um pelo outro. O escritor romano Luciano, do século II, os representa através de um personagem cita, Toxaris, que declarou: “Vamos esperar até ver um homem corajoso, capaz de feitos valorosos, e para ele todos nós voltaremos nossa atenção”. O compromisso é celebrado com um juramento solene: “Viver juntos e, se necessário, morrer um pelo outro”. Os guerreiros então “tiram sangue do dedo, colocam-no em uma taça, mergulham nele a ponta de sua espada e bebem dele juntos; a partir desse momento, nada pode separá-los”²⁰.

Esses grupos não eram estritamente clãs, mas os vínculos de sangue dos guerreiros podiam ser mais fortes do que os da família. Esperava-se do chefe que fosse generoso com seus seguidores — tanto os do círculo interno como os soldados comuns, mais numerosos. E estes, por sua vez, com frequência viviam com o chefe, em seu salão ou sua tenda, comendo, bebendo álcool ou outras substâncias intoxicantes e ouvindo os bardos a celebrar os heróis do passado em poemas épicos, desde o “Beowulf” inglês até o “Gesar” mongol, enquanto esperavam com ansiedade sua vez de adquirir espólio e glória. Nos Exércitos mongóis de Gengis Khan, o status dependia inteiramente da bravura e das habilidades militares.²¹ Ele compartilhava seus aposentos e sua comida simples com os soldados comuns, e seu estilo igualitário e meritocrático incentivava enorme lealdade em suas tropas.

Essa estrutura guerreiro-social, com grupos de combatentes se agrupando em torno de heróis carismáticos e bem-sucedidos, ainda pode ser vista em

muitas sociedades. Mesmo nos modernos exércitos e nas forças policiais, que são muito mais burocráticos, há uma pequena minoria de “guerreiros”, que são os mais agressivos. Por exemplo, estudos pós-1945 feitos com o Exército americano mostram que os soldados ainda tendem a se agrupar em torno dos combatentes mais agressivos das suas fileiras, tanto no campo de batalha como em contextos mais rotineiros, e todos os grupos militares continuam em busca dos “viciados em adrenalina” que formam o núcleo de qualquer unidade de combate vitoriosa. São esses homens os mais comprometidos com sua profissão, admirados pelos colegas como membros de uma elite.²²

Mas nem todos esses guerreiros sem lei vinham de fora das fronteiras dos impérios agrários. Mesmo dentro deles muitas vezes havia bandidos e renegados que rejeitavam a autoridade central, desde os cavaleiros de Walter de Lens até os grupos de soldados que hoje lutam nas guerras civis da África Central. Podiam ser uma espécie de Robin Hood, protegendo os camponeses pobres contra a exploração do Estado. Contudo, com mais frequência eram eles próprios os predadores, como os celalis da Turquia do século XVII, ou o Exército chinês de bandidos de Bai Lang, o Lobo Branco, pós-1911, composto de camponeses sem terra e soldados desmobilizados.²³

Os impérios agrários por vezes usavam a força para suprimir esses grupos de guerreiros, mas também tentavam negociar com eles e incorporá-los às suas estruturas de poder. Os sultões otomanos do século XVII com frequência nomeavam líderes das gangues de bandidos como governadores locais.²⁴ E, a partir do século XVIII, os tsares russos trouxeram os cossacos — um povo guerreiro de caçadores e pastores das fronteiras do sul — para dentro da sociedade, incorporando seus líderes à nobreza russa.²⁵ Na Rússia, como em outros lugares, essa assimilação costumava ser acompanhada por uma transformação cultural: esperava-se que os chefes guerreiros abandonassem sua preocupação exclusiva pelos seus “irmãos” e se tornassem “pais” dos camponeses e “filhos” do imperador.

Gerard de Cambrai pedia justamente essa mudança na Flandres do século XI, e os reis, com a ajuda dos sacerdotes propagandistas, promoviam a transformação dos guerreiros, de heróis violentos e impulsivos vagando pelos campos em nobres “corteses” e cavaleiros “cavalheirescos” que adornavam a Corte do imperador. Por exemplo, na Europa, a partir do século XI, uma elaborada literatura de cavalaria inculcava nos cavaleiros uma preocupação paternalista

com os fracos, o amor romântico pelas mulheres e o interesse sábio pelo refinamento literário. A violência devia ser usada apenas quando absolutamente necessária, e ficava cada vez mais confinada a torneios encenados. Guiraut de Bornelh, trovador do sul da França, advertiu seu público de cavaleiros para que não abandonassem a cultura cortês dos torneios cavalheirescos em troca da rapina e da pilhagem: “Que a vergonha caia sobre o cavaleiro/ que se atreve a cortejar uma dama/ após tocar com suas mãos as ovelhas no campo/ ou roubar as igrejas e os viajantes”²⁶

A tarefa de domar o guerreiro pode ser vista com mais vivacidade no Japão, embora tenha permanecido incompleta lá. Os samurais, que compunham a casta militar, originalmente eram pastores e caçadores vindos de fora das terras agrícolas; nos séculos ix e x eles formavam grupos de bandidos que aterrorizavam e saqueavam os camponeses.²⁷ Tal como a de muitas castas guerreiras, sua vida se baseava nas proezas militares, na honra e na vergonha — daí o horrível costume do haraquiri, que o samurai praticava para evitar a vergonha de ser capturado e decapitado pelo inimigo. A aristocrática Corte da era Heian, com sua cultura de paternalismo e autoridade hereditária, tentou integrar os samurais à sociedade agrária, concedendo-lhes terras e cargos oficiais. Mas esses incentivos falharam e os samurais conservaram, teimosamente, tanto sua independência como sua destrutiva cultura guerreira, contribuindo para um longo período de guerra civil no Japão dos séculos xv e xvi. A partir de 1603, a dinastia Tokugawa por fim restaurou a ordem: os samurais foram subjugados e transformados em proprietários rurais hereditários ou, cada vez mais, em funcionários públicos. Mesmo assim, sua identidade como casta de guerreiros nunca foi abandonada por completo, e o bushidô, “o caminho do guerreiro”, com suas noções de honra, orgulho e competição heroica, continuou fundamental para a cultura da elite samurai.²⁸

A aristocracia rural japonesa pode ter sido particularmente guerreira, mas em muitos Estados agrários os governantes, tanto centrais como locais, continuavam a se considerar também “pais do povo”. Assim, os proprietários rurais dominaram a maioria dos exércitos até 1914 e, na prática, até muito depois. Os esportes militares também eram comuns, desde a luta corporal nas Cortes mogol e otomana até o duelo e a corrida de cavalos nas aristocracias europeias. A caça — símbolo da guerra e treino para a guerra — era quase universal, desde a matança industrial de animais na Europa e na Índia colonial

no fim do século XIX até as grandes caçadas ceremoniais realizadas no outono pelos manchus da era Qing, envolvendo dezenas de milhares de pessoas.²⁹ A escritora inglesa Rebecca West ficou impressionada com a importância atribuída à caça pelos aristocratas que conheceu na Iugoslávia no entreguerras. Como ela recorda:

Ouviu-se o velho conde húngaro [...] murmurar, em seu leito de morte: “E então o Senhor perguntará: ‘Conde, o que você fez com a sua vida?’ e eu terei que dizer: ‘Senhor, eu matei um grande número de animais’. Oh, meu Deus, oh, meu Deus! Não me parece suficiente!”³⁰

Se a caça e o tiro eram insuficientes para entrar no céu, certamente não serviam para manter o prestígio dos aristocratas rurais nas sociedades agrícolas sedentárias, que, cada vez mais, valorizavam a paz. Nessas circunstâncias, os governantes ressaltavam seu papel de pais e buscavam status não nos valores militares, e sim nos familiares. Primeiro, destacavam a importância da sua linhagem de sangue: assim como os rajaputros do norte da Índia diziam que sua proeza na guerra provinha da sua descendência do Sol, da Lua e do fogo, os aristocratas europeus eram obcecados por antepassados, brasões de família e “orgulho da raça”. Em segundo lugar, eles investiam seus recursos em um estilo de vida ostensivamente pródigo — um símbolo da sua capacidade de cuidar dos seus “inferiores”: suas bolsas estavam sempre tão abertas quanto seus corações, como diziam os rajaputros. Esperava-se dos reis indianos que repassassem certa proporção da sua renda, às vezes até uma terça parte, a festas e banquetes rituais; os caríssimos xales da Caxemira, símbolo do status aristocrático, eram uma moeda comum para presentear — como ainda são, até hoje, na política Indiana —, e os imperadores mogóis fundaram agências especiais para coletar e classificar esses xales, que serviriam para lubrificar as engrenagens da política.³¹

A generosidade dos aristocratas cultivava a lealdade dos seguidores e agregados, é claro, mas também se destinava a manter felizes as ordens inferiores. Em *O leopardo*, romance evocativo de Giuseppe di Lampedusa sobre seus antepassados na Sicília oitocentista, o príncipe Fabrizio ganha a gratidão dos seus rendeiros “esquecendo” com frequência de cobrar seus modestos pagamentos. E quando perguntam ao padre Pirrone, o sacerdote da família, que tal

é viver entre os nobres, ele reconhece que eles podem ser cruéis, demasiado sensíveis e orgulhosos, mas insiste que esse é simplesmente o lado reverso da sua vontade de ajudar os infelizes: ambas as coisas são produtos de um código de honra que lhes dá o direito de governar, com a condição de que sirvam aos que lhes são inferiores. Assim, quando eles “tratam alguém mal, como fazem por vezes, não é tanto sua personalidade pecando, mas sua classe se afirmando”; mas, uma vez que seu poder seja reconhecido, estão dispostos a ajudar os inferiores — quaisquer que sejam os interesses comerciais, pelos quais demonstram uma “indiferença desdenhosa”.³²

Como indica de forma clara o padre Pirrone, esses aristocratas trocavam, conscientemente, parte da sua riqueza potencial por coisas ainda mais valiosas: a honra e o prestígio.³³ Os perigos de ignorar esse equilíbrio se evidenciam no romance quando o endividado príncipe Fabrizio aceita o conselho de um comerciante local, Don Calogero, e tenta administrar suas propriedades com mais eficiência. Sua família ganha “a reputação de extorquir seus dependentes”, e seu prestígio é destruído.³⁴ O grande comentarista francês da aristocracia em declínio, Alexis de Tocqueville, argumenta mais diretamente: “Nas aristocracias, o aluguel de uma fazenda é pago ao senhorio não só em dinheiro, mas em respeito, consideração e dever”; por isso, não fazia muito sentido extorquir pagamentos dos rendeiros, pois “o que [os aristocratas] ganham em dinheiro, em pouco tempo se perderá em poder”.³⁵

CLÉRIGOS E FUNCIONÁRIOS

Enquanto os aristocratas rurais valorizavam a linhagem de sangue, a generosidade e a bravura militar, os sábios não podiam ser mais diferentes. Para eles, o comando das ideias, dos símbolos e da cultura, e não das armas, terras e riquezas, é o que conferia status. Em muitas sociedades primitivas, os sábios tinham duas tarefas principais: uma moral — garantir a obediência às leis dos deuses; e uma técnica — realizar elaborados sacrifícios e rituais, exatamente de acordo com regras recônditas. Essas tarefas aos poucos evoluíram para dois papéis bem definidos: o sábio como ideólogo — a figura que interpretava os livros sagrados e se pronunciava sobre como homens e mulheres deviam se comportar — e o sábio como especialista — que usava o raciocínio e a escrita

para resolver problemas práticos, lendo as estrelas e os oráculos, ou mantendo a contabilidade e assessorando a política do Estado. Em diversas sociedades, o sábio fazia ambas as coisas. A fusão desses papéis pode ser vista no funcionário confucionista que era tanto administrador do Estado como moralista público, e na Europa ocidental, onde era comum que os governantes empregassem sacerdotes como funcionários públicos.

Mas, apesar dessas diferenças na especialização, os sábios com frequência compartilhavam uma cultura comum, muito diferente daquela do guerreiro ou do aristocrata rural. Como manejavam a pena, e não a espada, geralmente não se envolviam em violência. No caso dos brâmanes da Índia, esse pacifismo era simbolizado pelo vegetarianismo e pela abstinência — em contraste com os xátrias, carnívoros e amantes do álcool. Os sábios também costumavam abominar a obsessão dos aristocratas pela hereditariedade e pela linhagem de sangue, e o comportamento do guerreiro com seu amor ao risco e à ostentação. Sem dúvida, muitas vezes os sábios não tinham escolha: não geravam riquezas, e contavam com as doações dos proprietários rurais e dos comerciantes, ou de pagamentos pelos seus serviços. Mas seu status dependia também da sua capacidade moral ou intelectual, o que significava que tinham de ser — ou pelo menos parecer ser — independentes do mundo do sucesso, do conforto e da riqueza material; assim, até mesmo os profissionais ligados à política e ao comércio, tais como os advogados, eram constritos por rigorosos códigos de ética que supostamente os tornavam incorruptíveis.

Claro que havia exceções: nas sociedades em que os valores guerreiros eram fortes, os sábios-sacerdotes estavam próximos aos guerreiros e às vezes até se tornavam, eles próprios, combatentes. Entre os séculos XI e XIII, os papas lançaram uma série de cruzadas, incentivando os cavaleiros da Europa ocidental a colonizar as terras dos “infiéis” no Oriente Médio e no sul e no leste da Europa.³⁶ A Igreja até criou suas próprias ordens militares de monges, como os Cavaleiros Teutônicos. Da mesma forma, no Japão medieval houve a ascensão dos *sohei*, soldados-monges budistas que participavam das lutas de facções entre os templos; no século XVIII, exércitos monásticos de Bengala (os *akharas*) enfrentaram a Companhia das Índias Orientais britânica.

Mais comum nos impérios agrários, porém, foram os sábios-sacerdotes como Gerard de Cambrai ou o padre Pirrone, que justificavam uma hierarquia social pacífica, presidida pelo rei-pai, pois, naturalmente, teriam pouco a ga-

nhar com o domínio de guerreiros igualitários que tinham em baixa estima as habilidades dos sacerdotes, como os conhecimentos e a alfabetização. Assim, os sábios usavam sua autoridade moral e sua experiência na comunicação com os céus para defender uma ordem social desigual. Os próprios guerreiros, ou pelo menos seus chefes, os reis, também percebiam que havia benefícios a ganhar mediante uma aliança com os sábios. Como chefes guerreiros, tinham de dividir o poder com outros guerreiros; mas, como reis patriarcais, ungidos por sacerdotes, podiam exercer maior autoridade individual. Podemos ver as vantagens mútuas dessa aliança entre sábios e guerreiros na realeza indiana medieval. No reino de Pallava, no sul da Índia, por exemplo, sacerdotes brâmanes organizavam elaborados rituais para simbolizar o papel do rei como defensor da ordem social (*darma*), e seu lugar como chefe de uma hierarquia de “pequenos reis”. Ao fazerem isso, estavam justificando o uso da violência pelo rei para subjugar possíveis rivais e rebeldes abaixo dele.³⁷

Se os sacerdotes brâmanes indianos tentavam canalizar a violência do rei para a defesa da ordem social, os sábios chineses confucionistas tentavam minimizar qualquer confiança nos valores guerreiros. Confúcio (551-479 a.C.), filho de um cavaleiro que se tornou tutor de aristocratas, mantinha, de modo geral, a mesma posição de Gerard de Cambrai. Vivendo em uma época de lutas generalizadas entre clãs, muito da sua filosofia visava refrear a violenta casta dos guerreiros. Mas sua solução foi ainda mais radical do que a de Gerard: proibir a violência por completo. Todas as pessoas, argumentava ele, incluindo imperadores e príncipes, deveriam respeitar um conjunto de preceitos morais estabelecidos pelos sábios: os inferiores deviam obedecer a seus superiores e, em contrapartida, os superiores deviam ser benevolentes para com eles. Enquanto todos respeitassem essas regras, seria possível manter a ordem sem usar a força:

Se conduzidas com manobras políticas, refreadas com castigos, as pessoas se tornarão astuciosas e desavergonhadas.

Se conduzidas pela virtude, refreadas pelos rituais, elas desenvolverão o sentido da vergonha e da participação.³⁸

Para Confúcio, era a defesa da moralidade e da virtude que dava aos governantes o direito de governar, e não os valores aristocráticos da violência e da linhagem hereditária.

Confúcio morreu como um erudito obscuro, mas suas ideias sobreviveram como ideologia, passada de sábio para sábio. Cerca de três séculos depois, o imperador Wudi, da etnia han (156-87 a.C.), viu nos ensinamentos dele um meio ideal para coibir os poderes da aristocracia regional, e aprovou o confucionismo como filosofia do Estado. Por volta do século xi, sob a dinastia Song, as ideias de Confúcio não justificavam simplesmente o poder dos clérigos, ou sacerdotes moralistas; tinham se tornado o alicerce de todo um sistema de governo exercido pelos funcionários públicos ou administradores especialistas, e a China tinha, de longe, o governo burocrático mais sofisticado da era pré-moderna.³⁹

A aristocracia rural na China, ao contrário de outros lugares, não tinha simplesmente o direito de herdar o poder nem de comprá-lo, como ocorria em sociedades mais comerciais. Os filhos da nobreza eram obrigados a embarcar em uma longa e difícil educação, que exigia a memorização de mais de 400 mil caracteres chineses — duzentos por dia durante seis anos.⁴⁰ Após esse rigoroso aprendizado intelectual, seu destino e seu status seriam finalmente decididos por um exame com três dias de duração. Depois de uma revista corporal completa para evitar qualquer trapaça, os candidatos se sentavam em fileiras de celas vazias, infestadas de mosquitos, escrevendo, entre outras coisas, o infame “ensaio de oito pernas” sobre temas dos textos clássicos confucionistas; em épocas posteriores dava-se mais ênfase aos ensaios sobre questões práticas de política pública.⁴¹ Centenas de milhares de jovens prestavam esse exame, e apenas alguns passavam; em 1006, apenas 3% dos candidatos foram aprovados. Destes, um pequenino grupo fazia o exame principal em Beijing, onde o próprio imperador presidia a fase final como chefe dos examinadores.⁴²

Os exames decerto não destruíam a influência das famílias da pequena nobreza local — é claro que, em geral, só os ricos e privilegiados podiam pagar pelo ensino preparatório (embora haja exemplos de famílias pobres que se uniam para educar um menino particularmente capaz, que, se nomeado para um cargo, podia ganhar recompensas para seus patrocinadores). Além disso, no nível local era a aristocracia rural — às vezes com diploma, às vezes sem — que compunha o pessoal das burocracias regionais. Mas era o sistema de exames que tornou sábia a elite chinesa em todos os níveis; ele garantia que o pensamento e o espírito confucionistas permeassem toda a cultura do governo, da administração e da disputa pelo poder. Uma consequência parece ter

sido que o Estado se tornou muito mais interessado nas obras públicas, no alívio da fome e no bem-estar do povo do que na guerra — explicando, possivelmente, por que os Estados com cultura confucionista têm sido tão bem-sucedidos em promover o desenvolvimento econômico até os dias de hoje. As autoridades chinesas tinham intermináveis discussões sobre a forma de equilibrar o tipo de vida do sábio e do guerreiro, ou *wen* (cultura) e *wu* (violência), como diziam. Enquanto isso, esperava-se do imperador, que detinha o poder supremo de vida e morte, que personificasse os valores de guerreiro. Mas, na verdade, eles muitas vezes tinham pouca inclinação para a guerra e pouco respeito pela casta militar.⁴³ Nos primeiros sistemas sociais confucionistas, divididos em quatro camadas, os guerreiros foram omitidos por completo: no topo estavam os funcionários públicos-sábios (*shi*), seguidos pelos agricultores, artesãos e comerciantes nas camadas inferiores. Por volta do século XI foi dado um lugar aos soldados, mas era apenas o segundo lugar a partir de baixo em uma lista de oito, só um nível acima dos vadios.⁴⁴

Mas o domínio dos sábios nem sempre atendia às necessidades do Estado chinês. Entre 1125 e 1368, e novamente depois de 1644, povos nômades do norte da Ásia Central venceram os chineses han, em parte porque estes haviam negligenciado a defesa. Assim, povos guerreiros governaram a China, e seus valores de *wu* prevaleceram durante algum tempo. Os mongóis (1234-1368) foram mais extremos em sua desconfiança dos sábios; eles aboliram os exames e governaram como uma casta de guerreiros. Mas os manchus (governando como a dinastia Qing, 1644-1911), finalmente chegaram a um acordo com os funcionários públicos confucionistas. Mantiveram sua própria identidade como elite marcial — praticando caça e exercícios militares elaborados —, mas também governaram, cada vez mais, por meio da burocracia confucionista.⁴⁵ No entanto, esse poder duplo exercido pelos sábios e guerreiros não bastou para defender a China do desafio de guerreiros marítimos muito mais eficazes — os marinheiros dos navios de guerra da Europa ocidental de meados do século XIX.

Naquela época, vários países europeus desenvolviam burocracias equivalentes à chinesa, embora tenham levado muito tempo. A partir do século XII, as universidades medievais tinham começado a formar especialistas em direito e teologia, capazes de administrar a Corte dos reis e nobres e extrair impostos de maneira mais eficiente. Contudo, boa parte da administração ainda era efetuada por aristocratas, ou por funcionários que eram donos de seus cargos e os

passavam aos seus filhos. Eles não eram burocratas no sentido moderno — isto é, funcionários escolhidos por seus conhecimentos e seu desempenho em exames, organizados hierarquicamente e seguindo regras administrativas.⁴⁶

Como os custos da guerra dispararam na Europa a partir do século XVI, os reis tentaram transformar seus nobres em sábios, forjando as “aristocracias do serviço” para melhor governar suas terras e coletar impostos.⁴⁷ Em um influente texto renascentista de Castiglione, do século XVI, *O livro do cortesão*, esperava-se que um aristocrata fosse não só alfabetizado, mas erudito e capaz de discorrer sobre os clássicos. Ele também devia ser elegante, espirituoso e urbano; e, o mais importante, devia exibir sua superioridade não através de demonstrações brutais do poder, e sim por uma forma mais sutil, a *sprezzatura* ou autoconfiança tranquila.⁴⁸ As universidades de Oxford e Cambridge se tornaram escolas de cultura e boas maneiras para os aristocratas, construindo acomodações requintadas e grandiosas para que se sentissem em casa, dourando a pílula amarga da educação. Enquanto isso, na Rússia, Pedro, o Grande tornou o ensino básico obrigatório para todos os adolescentes nobres, e as casas nobres de toda a Europa recebiam professores de dança e esgrima para ajudar seus filhos a combinar as artes marciais e a elegância.⁴⁹

Mas foi só muito gradualmente, a partir do fim do século XVII e do início do XVIII, que a especialização profissional dos sábios, em lugar da hereditariedade aristocrática e do patrocínio, começou a penetrar na administração do Estado — mais uma vez, sob a pressão da guerra. E mesmo assim isso só aconteceu em alguns países — na Grã-Bretanha, onde um parlamento poderoso lutava contra o controle aristocrático sobre os cargos oficiais, e na Prússia, onde os reis a viam como a única maneira de pagar pelas guerras tão frequentes.⁵⁰ O rei prussiano Frederico II, em especial, separou o “Estado”, administrado por funcionários públicos especializados, da dinastia real, e elevou o primeiro à posição suprema; o rei era apenas servo do Estado, e só o Estado era imortal. “Estou pensando apenas no Estado”, escreveu ele em 1776, “pois sei muito bem que tudo — mesmo que o céu despenque em cima da terra — será totalmente indiferente para mim a partir do momento da minha morte.”⁵¹ Por volta de 1794, os funcionários não eram mais chamados de “servos reais”, e sim de funcionários profissionais do Estado (*Beamte des Staats*).

Foi esse o início do afastamento do guerreiro da aristocracia rural; e foi também o início da sua aliança com o sábio-tecnocrata — aliança que se tor-

nou cada vez mais forte no decorrer do século seguinte, como veremos. Isso ocorreu, em particular, na Prússia. Ali, assim como o Exército foi profissionalizado, a burocracia foi militarizada, com os funcionários públicos usando uniformes e sujeitos a severa disciplina.

Em muitas sociedades agrárias, porém, os sábios se orgulhavam de permanecer independentes dos valores marciais e dos interesses dos donos da terra. O amor do guerreiro pela competição e pelo sucesso era geralmente malvisto, considerado capaz de prejudicar a reflexão e a independência de discernimento. Como escreveu o sábio confucionista Sung Lien no século XIV: “Os cavaleiros sábios são alimentados nas colinas e nos bosques, mas podem se arruinar na Corte dos governantes”.⁵² Da mesma forma, o desejo do aristocrata de promover os interesses de sua linhagem tendia a provocar a desaprovação dos sábios. Os sábios confucionistas resistiram vigorosamente aos esforços das elites locais para diluir os rigores do sistema de exames a fim de dar mais chances aos seus filhos.

Mesmo assim, a obsessão pelos rituais, exames ou probidade moral podia criar seu próprio conservadorismo egoísta — fosse uma subserviência escrava aos graus e escalas burocráticas, fosse um amor dogmático às regras. Até os sábios confucionistas medievais entenderam o problema, denunciando os candidatos aos exames que apenas “vendem às autoridades sua verborragia vazia e suas práticas triviais”.⁵³ Essas críticas ainda são dirigidas, naturalmente, aos profissionais e administradores do setor público por parte das castas mais senhoriais ou mercantis.

No entanto, a ascensão do sábio-tecnocrata foi um processo muito gradual: as burocracias eram pequenas até a segunda metade do século XIX, e os aristocratas dominaram os Exércitos europeus até 1914, quando começou a Primeira Guerra Mundial sob a liderança confiante de homens montados a cavalo, enfeitados com elaborados uniformes, espadas, medalhas e bigodes próprios da sua casta.